



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO SOLENE DA TOMADA DE POSSE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ELEITO

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE SETEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Evaristo Carvalho

Secretário: Ex.^{mos} Srs. Celmira Sacramento

Deolindo da Mata

SUMÁRIO

O Presidente da Assembleia Nacional declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos, suspendendo-a para receber o Presidente da República eleito.

Às 11 horas e 45 minutos entrou no Salão Nobre do Palácio dos Congressos, o cortejo em que integravam o Sr. Presidente da República eleito, Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa, o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Evaristo de Carvalho, o Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada o Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, os Srs. Secretários da Mesa, o Sr. Secretário-Geral, o Chefe e os Secretários do Protocolo da Presidência da República e da Assembleia Nacional.

Na Câmara encontravam-se, além dos Chefes de Estado da República Federal de Nigéria, da República da Guiné-Equatorial e Presidente em exercício da União Africana, da República de Cabo Verde, os Vice-Presidentes da República de Angola e da República da África do Sul, o Presidente do Yuan da Justiça em representação do Presidente da República da China Taiwan, Ministro do Estado de Congo em representação do Presidente da República do Congo, Ministra e Chefe da Secretaria para Política de Igualdade de Brasil em representação da Presidente da República do Brasil, Ministro das Ciências e Tecnologias de Moçambique em representação do Presidente da República de Moçambique, Ministra das Comunidades de Cabo Verde em representação do Governo de Cabo Verde, General Ramalho Eanes, antigo Chefe de Estado português, em representação

do Presidente da República de Portugal, Secretário de Estado português em representação do Governo português e Secretário de Estado do Reino de Marrocos, Embaixadores e demais membros do Corpo Diplomático e Consular, representantes de Organizações Governamentais e Não Governamentais, os Chefes das delegações estrangeiras convidadas e suas comitivas.

Encontravam-se ainda presentes: além dos Deputados e dos Ministros, a comitiva, os familiares e convidados especiais do Presidente da República, o Procurador-Geral da República, Bispo da Diocese de São Tomé e Príncipe, Autoridades Judiciais, Civis e Militares, Ex-Presidentes da República, Ex-Presidentes da Assembleia Nacional, Ex-Primeiros-Ministros, os demais convidados.

A Secretária da Mesa, Celmira Sacramento, procedeu à leitura da Acta de Apuramento Geral da Eleição Presidencial do dia 7 de Agosto de 2011, tendo prestado juramento nos termos constitucionais o Presidente da República eleito, Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa. Após a assinatura do acto de posse, dirigiram mensagens o Sr. Presidente da Assembleia Nacional e o Sr. Presidente da República empossado que de seguida tomou lugar à Mesa, à direita do Presidente da Assembleia Nacional.

A Banda da Música das FASTP entoou o Hino Nacional.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 35 minutos.

Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Nos termos regimentais suspendemos a sessão para receber S. Ex.^a o Presidente da República. Está suspensa a sessão.

Eram 9 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Ilustres convidados, declaro reaberta a Sessão Solene.

Eram 11 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira **Bonfim** dos Ramos
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine **Carvalho** Viegas de Ceita
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Cecílio Quaresma **da Graça** do Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Helder **Paquete** **Lima**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Evaristo do Espírito Santo **Carvalho**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António do Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
José **Manuel** Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo **Jorge** de Carvalho
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD)

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Carmelita **Taveira**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso da Costa **das Neves**
José da Graça **Viegas** Santiago
Joaquim **Rafael** **Branco**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel Quaresma **Martins**
Maria **das Neves** Ceita Batista de Sousa
Silívia **Ambrósio** Gil do Espírito Santo

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena Maria de F. D. X. de P. **dos Prazeres**
Firmino João **Raposo**
Francisco Inácio da Silveira **Rita**
Leonel Oliveira da Costa **Vangente**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Menezes

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos a subida honra de acolher nesta Casa Parlamentar Ilustres personalidades estrangeiras a quem damos as boas vindas. Permita-me Sras. e Srs. Deputados que faça a apresentação dessas individualidades para que a Câmara possa saúdá-los.

Sua Excelência o Sr. Goodluck Jonathan, Presidente da República Federal da Nigéria.

Aplausos.

Sua Excelência Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné-Equatorial e Presidente em exercício da União Africana.

Aplausos.

Sua Excelência o Comandante Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde.

Aplausos.

Sua Excelência o Sr. Fernando Piedade Dias dos Santos, Vice-Presidente da República de Angola.

Aplausos.

Sua Excelência Kgalema Motlanthe, Vice-Presidente da República da África do Sul.

Aplausos.

Sua Excelência Rai Haumim, Presidente do Yuan da Justiça em representação do Presidente da República da China Taiwan.

Aplausos.

Sua Excelência Isidore Mvouba, Ministro do Estado em representação do Presidente da República do Congo.

Aplausos.

Sua Excelência Luiza Bairros, Ministra e Chefe da Secretaria para Política de Igualdade em representação da Presidente da República do Brasil.

Aplausos.

Sua Excelência Venâncio Massingue, Ministro das Ciências e Tecnologias em representação do Presidente da República de Moçambique.

Aplausos.

Sua Excelência General Ramalho Eanes, antigo Chefe de Estado, em representação do Presidente da República de Portugal.

Aplausos.

Sua Excelência Luís Brito Pereira Secretário de Estado em representação do Governo Português.

Aplausos.

Sua Excelência Fernanda Fernandes, Ministra das Comunidades em representação do Governo de Cabo Verde.

Aplausos.

Feitas as apresentações e as saudações convido a Secretária da Mesa, a Sra. Deputada Celmira do Sacramento para proceder a leitura da Acta de Apuramento Geral da Eleição do Presidente da República.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Permita-me Sr. Presidente da Assembleia Nacional, saudar o Presidente eleito, meus parabéns, saudar o Presidente cessante e saudar também aos nossos ilustres convidados.

Tenho em mãos a Acta de Assembleia de Apuramento Geral, da 2.^a volta da Eleição Presidencial ocorrida em 7 de Agosto de ano em curso. Passo então a leitura da referida Acta.

«República Democrática de São Tomé e Príncipe, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional.

Acta da Assembleia de Apuramento Geral.

Reuniu-se nos dias 15 e 16 do mês de Agosto do ano 2011 na sala de sessões do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional a Assembleia de Apuramento Geral da 2.^a volta da Eleição Presidencial, ocorrida a 7 de Agosto do mesmo ano, estando presentes os Juizes Conselheiros:

-Silvestre da Fonseca Leite – Presidente;

-Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho;

-José Paquete d'Alva Teixeira;

-Hilário José Seabra Garrido; e

-José António da Vera Cruz Bandeira.

O Srs. professores de Matemática:

-António Manuel Gonçalves Trigueiro;

-Isabel Maria Correia Viegas de Abreu;

-Higino Gomes da Franca Moniz;

-António Bonfim Gentil Dias, Secretário do referido que a secretariou.

Também estiveram presentes os ilustres mandatários dos candidatos Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa e Evaristo do Espírito Santo de Carvalho, respectivamente, os Srs. Jaime Macedo Sequeira de Menezes e Domingos José da Trindade Boa Morte, sendo este último presente na 2.^a Sessão do dia 15 por questões que se prendem com a sua participação na Sessão Parlamentar.

Concluídas as operações de apuramento geral obteve-se os seguintes resultados:

Números de eleitores inscritos, 92.639; número de votantes 68.640, correspondendo a 74,9%; número de abstenções 23.999, correspondendo a 25,91%; número de votos validamente expressos 66.448, correspondendo a 96,81%.

O candidato Manuel Pinto da Costa obteve 35.140 votos, correspondendo a 52,88% e o candidato Evaristo de Carvalho obteve 31.308 votos, correspondendo a 47,12%.

Número de votos em branco 973, correspondendo a 1,42%; número de votos nulos 1.219, correspondendo a 1,78%.

Ao abrigo do artigo 160 da Lei n.º11/90, Lei Eleitoral é proclamado vencedor da Eleição Presidencial de 7 de Agosto de 2011 o candidato Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa com um total de 35.140 votos correspondendo a 52,88%.

Assim, nos termos do artigo 78.º da Constituição da República é o Sr. Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa, eleito Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe».

Aplausos.

Para constar, se lavrou a presente Acta que depois de lida vai ser devidamente assinada por todos os membros da Assembleia de Apuramento Geral.

Feito em São Tomé, aos 16 dias do mês de Agosto de 2011, na sala de sessões do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional.

Publique-se».

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora para o ponto fundamental da nossa sessão, pelo que convido o Presidente da República eleito, Sr. Dr. Manuel Espírito Santo Pinto da Costa a prestar juramento nos termos constitucionais.

O Sr. **Presidente da República Eleito** (Manuel Pinto da Costa): — «Juro por minha honra cumprir e fazer cumprir a Constituição e as Leis, defender a Independência Nacional, promover o progresso

económico-social e cultural do Povo são-tomense e desempenhar com toda a lealdade e dedicação as funções que me são confiadas.»

Aplausos.

Entoação do Hino Nacional.

Aplausos

O Sr. **Presidente**: — Convido de novo a Sra. Secretaria para proceder a leitura do respectivo auto de posse para ser devidamente assinado.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Auto de Posse. «Aos três dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze, na cidade de São Tomé, no salão nobre dos Palácios dos Congressos e em reunião especial da Assembleia Nacional, convocada nos termos do n.º3 do artigo 108.º da Constituição, tomou posse ao cargo do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe o Sr. Dr. Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa».

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, com a vossa permissão vou dirigir uma mensagem, como estabelece o Regimento da Assembleia Nacional.

Antes de iniciar a minha mensagem, gostaria de salvar uma omissão. É para dizer que também está conosco Sua Excelência o Secretário de Estado do Reino de Marrocos.

Aplausos.

«Sr. Presidente da República, Sr. Ex-presidente da República, Srs. Chefes de Estado e representantes estrangeiros, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Procurador-Geral da República, Srs. Antigos Presidentes da República e da Assembleia Nacional, Srs. Presidentes do Governo e da Assembleia da Região Autónoma do Príncipe, Srs. Presidentes das Câmaras e das Assembleias Distritais, Srs. Membros do Corpo Diplomático e Consular e Representantes dos Organismos Internacionais acreditados em São Tomé e Príncipe, distintas autoridades civis e militares, reverendíssimo Sr. Bispo da Diocese e representantes de outras confissões religiosas, ilustres convidadas e convidados;

Nos termos da Constituição, a Assembleia Nacional deve reunir-se em Sessão Solene para que, perante ela, o Presidente da República eleito seja investido no cargo. É neste sentido que estamos hoje reunidos nesta Casa parlamentar, na sequência dos resultados da última eleição presidencial oficialmente proclamados pela Assembleia Geral de Apuramento, a 16 de Agosto findo.

Sr. Dr. Manuel Pinto da Costa; de 1975 a 1991 vossa excelência foi o servidor público número um deste país. A partir de hoje, volta a ocupar o mesmo lugar de topo por via da escolha democrática de uma maioria soberana dos cidadãos eleitores são-tomenses. Por isso, Sr. Presidente, é com grande honra e prazer que me dirijo a vossa excelência em nome da Assembleia Nacional e no do meu próprio para o saudar e desejar-lhe, muito sinceramente, um mandato sereno à altura dos desafios que São Tomé e Príncipe enfrenta.

Cumprimento também o Presidente da República cessante, Sr. Fradique Bandeira Melo de Menezes, pelo sentido de amor à terra que marcou os seus dois mandatos no exercício da mais alta magistratura do Estado.

Após esse percurso e, com o dever cumprido, Vossa Excelência irá trilhar novos caminhos da vida, pelo que formulamos a si e aos seus entes queridos os mais ardentes votos de saúde e felicidades. Interpretando ainda o sentimento plural da Assembleia Nacional, saúdo a todos os presentes neste acto solene de investidura do Presidente da República.

Uma saudação especial vai para os dignitários estrangeiros que decidiram participar nesta cerimónia, como expressão inequívoca de amizade e estima ao povo são-tomense e em sinal das excelentes relações existentes entre São Tomé e Príncipe e os seus países. Esta presença, que muito nos honra, é digna do nosso maior apreço.

Uma vez mais, em nome da Assembleia Nacional, uma palavra aos são-tomenses pela forma serena e cívica como foram disputadas a eleição presidencial no País e na diáspora. Quero aqui saudar todos os candidatos que concorreram a esse pleito eleitoral pelo empenho e vigor que puseram nas suas campanhas. Ainda nessa esteira, ressalto o importante papel desempenhado pelas comissões eleitorais, pelos órgãos de comunicação social e os órgãos de segurança nacional. Orgulhamo-nos de pertencer a um povo com qualidades especiais, que inspira a nossa acção política em prol de um São Tomé e Príncipe próspero, unido, em paz e com crescente prestígio no concerto das Nações.

Senhoras e senhores convidados; a Assembleia Nacional é o palco por excelência para a tomada de posse do Presidente da República eleito, não por mero acaso, mas sim por ser o mais alto órgão

representativo dos são-tomenses, que congrega no seu seio as diversas vontades populares. Além de ser uma exigência constitucional, a Assembleia Nacional sente-se orgulhosa por testemunhar os actos de tomada de posse do mais alto magistrado da Nação, pondo em exercício a representatividade popular que ostenta. Esses actos valorizam a democracia são-tomense, visto que o Presidente da República, sufragado universalmente, toma posse perante outro órgão proveniente também de sufrágio universal, mas composto por cidadãos das mais diversas sensibilidades políticas.

O papel da Assembleia Nacional na consolidação da democracia é o da legiferação, de fiscalização do executivo e da administração, de debates políticos e de formulação de alternativas. Esse papel tem vindo a ser implementado com maior proximidade dos cidadãos e com o aproveitamento das novas tecnologias de comunicação e informação.

Não é possível desenvolver um país sem democracia, razão porque os seus adeptos têm estado a implantá-la em todo o mundo, embora com alguns casos de forte resistência, fazendo com que os povos sejam decisores dos seus destinos. O sistema democrático de governação exige de nós, os dirigentes, a transparência dos nossos actos perante os cidadãos, o combate à corrupção e a defesa da ética no tratamento da coisa pública.

A Assembleia Nacional vai sempre desempenhar esse papel e estamos convencidos de que esses ideais são também comungados por vossa excelência, Sr. Presidente da República. É neste sentido que a cooperação institucional se reveste de vital importância para o fortalecimento da democracia e desenvolvimento do País.

Com efeito, a Assembleia Nacional irá manter com o Presidente da República, uma cooperação sem reservas, correcta e modelar, consciente de que de tal atitude advirão vantagens para o País e consequentemente para o Povo.

Sr. Presidente da República; ao nível mundial atravessamos um período que exige de nós medidas muito profundas no âmbito do direito internacional. Estou a referir-me aos novos acontecimentos que têm trazido consigo as desigualdades e assimetrias, os riscos ambientais e de saúde pública, a violência, o fanatismo, a grande criminalidade transfronteiriça e o terrorismo, devido à gestação de novos equilíbrios geopolíticos, resultantes da globalização e da intensificação do comércio internacional, da deslocação dos investimentos e da crescente migração que se vem registando. São acontecimentos para os quais a comunidade das nações ainda não encontrou solução satisfatória.

Ao nível nacional, refiro-me aos desafios e exigências que as condições económicas e financeiras nos impõem, assim como a necessidade da modernização da nossa administração pública e do sector privado nacional. Defendemos por isso a estabilidade política, factor indispensável para a solução dos ingentes problemas do País, que só podem ser resolvidos com a sinergia de esforços e de cooperação institucional.

Embora cada órgão de soberania se deva pautar pelo respeito absoluto do princípio da separação de poderes, deve-se entretanto ter em conta a interdependência de todos eles no conjunto do sistema constitucional. É chegado o momento para nos compenetrarmos de uma vez por todas de que é longo e sinuoso o caminho que temos de percorrer.

Mas é imperioso que o façamos imbuídos de inabalável convicção, na unidade, respeito mútuo, solidariedade, tolerância e paz. Este povo humilde já viu gorar muitas das suas expectativas e sonhos por um futuro melhor.

Por isso, Sr. Presidente da República, pode contar com a Assembleia Nacional que, na pluralidade dos seus posicionamentos, saberá colocar acima de tudo, a cooperação institucional proveitosa com Vossa Excelência, tendo em conta os compromissos que cada um dos seus membros assume e representa, tendo sempre presente a defesa intransigente dos legítimos e superiores interesses do povo são-tomense.

Boa sorte, Sr. Presidente!

Aplausos.

Convido Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Sr. Dr. Manuel Pinto da Costa, a dirigir a sua mensagem à Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente da República** (Manuel Pinto da Costa): — «Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, senhoras e senhores: É na passagem de testemunho entre titulares de cargos políticos, que se concretizam solenemente a vontade soberana do povo exercida livremente através do voto. Mais uma vez, nessa eleição presidencial, o povo de São Tomé e Príncipe deu um exemplo ao mundo de civismo e de maturidade, que nunca e demais realçar.

Quero por isso, ao iniciar o meu mandato como Presidente da República, enviar uma saudação muito especial ao povo de São Tomé e Príncipe...

Aplausos.

... uma saudação dirigida a todos os santomenses, quer aos que vivem em São Tomé e no Príncipe, quer aos que, espalhados pelo mundo na diáspora, são verdadeiros embaixadores que,

diariamente, contribuem nas mais diferentes actividades para engrandecer o nome do nosso país.

O povo do nosso pequeno país, um dos mais pequenos da África e do mundo, deu um exemplo de civismo e de democracia, comprovando que em África a evolução de pode fazer num quadro pacífico, desde que os dirigentes aceitem a expressão das regras democráticas.

Serei, como prometi, o presidente de todos os santomenses, daqueles que votaram em mim e dos que, em consciência, tiveram outras escolhas.

Somos um povo que, ao longo da sua história, soube dar provas de estar à altura dos desafios que enfrenta e por isso existem razões mais que suficientes para afirmar, com renovada esperança, que, mais uma vez, saberemos encontrar as respostas que os actuais problemas do País exigem.

Quero reiterar, nesta ocasião, os compromissos que assumi durante a campanha eleitoral e com os quais me apresentei ao veredicto do povo. Desde logo, e em primeiro lugar, o compromisso solene de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República de São Tomé e Príncipe.

Perante a pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Nacional e dos Srs. Deputados, quero assegurar a minha total disponibilidade para cooperar, estreitamente, com a Casa da democracia e do pluralismo.

Ao Sr. Primeiro-Ministro e os Membros do Governo, reitero a vontade de tudo fazer para assegurar uma cooperação institucional leal, franca, aberta e baseada no respeito mútuo, entre o Presidente da República...

Aplausos.

... e o Governo, democraticamente, eleito do País. Como afirmei logo após a eleição, que estou plenamente convicto de que uma verdadeira cooperação entre os órgãos de soberania e uma condição indispensável para conquistar-se o futuro, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Passa por aí também a criação de condições favoráveis para que, finalmente, se alcance a almejada estabilidade na vida política, em especial na governação do País. A este propósito, resta dizer o seguinte: o diagnóstico sobre os malefícios da instabilidade está feito, existindo um largo consenso na sociedade sobre a necessidade de alcançar a estabilidade.

Então, o que tem faltado ao longo dos últimos vinte anos para que a estabilidade se transforme, finalmente, num meio para assegurar o interesse nacional e não um fim que todos reclamam mais ou menos em vão!? Na resposta a esta questão pode estar a resolução de grande parte dos problemas que tem levantado a uma sucessão invulgar de governos, incapazes de governar uma legislatura completa e, por conseguinte, de conseguir consagrar, plenamente, os seus esforços ao desenvolvimento do País.

Paraphraseando o Presidente Agostinho Neto, que deu a sua vida pelo seu país, «o mais importante é resolver os problemas do povo».

Aplausos.

A estabilidade não deve ser uma mera figura de retórica, utilizada de acordo com os interesses particulares de cada um, ou ao sabor das conveniências. Deve ser, pelo contrário, um elemento sempre presente em todos os comportamentos, atitudes e decisões dos agentes políticos no País.

É da responsabilidade democrática que vos falo. E é essa mesma responsabilidade, assente numa cuidada análise das necessidades prementes do nosso país e do desenvolvimento da nossa economia, que todos os agentes políticos devem assumir com seriedade e sem olhar à interesses particulares.

O interesse nacional e o sentido de Estado devem prevalecer sempre sobre quaisquer interesses particulares.

Pela minha parte, tudo farei para contribuir, através da magistratura de influência que cabe ao mais alto magistrado da Nação, decorrente do quadro constitucional, para que a estabilidade, finalmente, se instale e seja duradoura no País e, dessa forma, sejam respeitadas a vontade e as escolhas do povo em cada acto eleitoral.

Pretendo exercer essa magistratura em diálogo permanente com os vários órgãos de soberania e partidos políticos, no respeito do papel de cada um e em condições de equidistância e isenção em relação a todos.

Será uma magistratura aberta à sociedade civil e ao seu contributo, essencial para os desafios que se colocam ao país para, finalmente, encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, senhoras e senhores: a situação socioeconómica do País não é fácil. Escondê-la seria fugir a realidade e é nestas circunstâncias difíceis que mais se torna imperioso utilizar uma linguagem de verdade sobre a real situação do País. Esse é um compromisso que quero deixar claro desde já.

Não podemos esconder as condições difíceis em que vivem largas camadas da população, numa pobreza extrema e sem acesso à níveis de bem-estar mínimos que o progresso humano já deveria ter-lhes assegurado.

Em pleno século XXI a maioria dos são-tomenses vivem na pobreza e sem acesso a bens de primeira

necessidade, como por exemplo, água e luz. Esta é uma realidade que não deve ser escondida. Antes pelo contrário, deve estar, permanentemente, presente de modo a que, de uma vez por todas, encontremos as soluções para sairmos deste quadro.

Encontrar o caminho do desenvolvimento e do crescimento económico de modo a vencer a pobreza é o grande desígnio que quero lançar a Nação são-tomense, desde o primeiro momento do meu mandato.

É um desígnio que a todos deve envolver e que não deve ser visto como assunto partidário do Governo. Trata-se de um verdadeiro desígnio nacional.

É necessário estabelecer-se prioridades e consensos para que cada um, em cada sector de actividade, se sinta motivado para esta luta e este combate que todos têm que estar conscientes que será longo e muito duro.

Não podemos cruzar os braços e ficar a espera de miragens, como a do petróleo, ou panaceias que resolvam, milagrosamente, a situação ou ainda esperar viver de ajudas internacionais *ad eternum*. É preciso contar com o que temos e criar as condições indispensáveis para alcançar o que não temos. Restaurar a dignidade do Estado, assegurar a ordem pública e apostar em valores, como a disciplina e o trabalho.

Aplausos.

É neste quadro de valores que o combate contra a corrupção tem que ser um imperativo nacional.

Aplausos.

Esse combate, que ninguém tenha dúvidas, será uma das bandeiras do meu mandato. A corrupção não é uma fatalidade...

Aplausos.

... e é possível criar condições para combater, eficazmente, um fenómeno que degrada a coesão nacional e desvia recursos que deveriam ser colocados ao dispor de todos.

Para além das reformas necessárias no sector da justiça, de modo a dotar as instituições judiciais de meios técnicos e humanos que lhes permitam cumprir a sua missão ao serviço do interesse nacional, será fundamental instituir na nossa sociedade uma verdadeira cultura de tolerância zero à corrupção...

Aplausos.

... uma cultura que constitua uma poderosa base de partida para esse combate que a todos deve mobilizar.

Para, finalmente, entrarmos no caminho do progresso e precise ainda premiar o mérito, a inovação, o empreendedorismo, como veículos fundamentais para virar a página, sair da estagnação e da resignação com que aceitamos o actual estado do País.

É preciso planear e criar as condições para levar a cabo, seriamente, as reformas estruturais rumo ao desenvolvimento, mas também que sejam susceptíveis de preparar o País para as consequências da actual conjuntura internacional de grande complexidade e incerteza.

É preciso gerar condições de confiança para atrair investimento estrangeiro sério e responsável, ou seja, não especulativo. Necessitamos de captar a atenção de investidores que nos possam proporcionar os recursos necessários para dar o salto qualitativo que a nossa economia precisa.

Como venho afirmando, insistentemente, o posicionamento internacional do nosso país no quadro das relações internacionais deve ser reorientado, através da intensificação das relações bilaterais e multilaterais de cooperação, quer no quadro regional com os Estados do Golfo da Guiné, quer no quadro internacional.

Em especial, devem ser desenvolvidos esforços no sentido de um claro incremento das relações de cooperação com os nossos parceiros naturais no seio da CPLP e no seio da Comissão do Golfo da Guiné.

Reitero que, no exercício do mandato presidencial que agora se inicia e no quadro de uma leal relação institucional com o Governo, é minha firme intenção contribuir para que São Tomé e Príncipe atinja os objectivos essenciais de desenvolvimento económico e social.

É preciso acreditar num futuro melhor para cada um de nós, para os nossos filhos, os nossos netos, os nossos vizinhos e amigos, em suma, para o nosso país.

É preciso implementar com urgência um projecto nacional assente na ideia de um país solidário, desenvolvido, com espaço para todos viverem em condições de dignidade humana. Um projecto que seja um factor de união de toda a gente, porque devolver a dignidade ao nosso povo e a Nação deve ser a causa que a todos deve unir.

Aplausos.

Permitam-me terminar, citando a nossa Alda do Espírito Santo: «*Estou aqui sim, meu irmão, no mesmo lado da canoa, mas nós queremos ainda uma coisa mais bela, queremos unir as nossas mãos milenárias das docas, dos guindastes, das roças, das praias numa liga grande, comprida, de um pólo ao outro da terra pelos sonhos dos nossos filhos para nos situarmos todos do mesmo lado da canoa*».

Aplausos.

Julgo que desta forma será possível transformar, o mais rapidamente possível, São Tomé e Príncipe numa Terra Firme de oportunidades para todos».

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — E assim, ilustres convidadas e convidados, chegamos ao fim da nossa sessão solene.

Queria agradecer, mais uma vez, e o nosso muito obrigado pela vossa atenção.

Caras e Caros Deputados, declaro assim encerrada a sessão solene.

Eram 12 horas e 35 minutos.